



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GOIÂNIA

1996

GOIÂNIA, 16 DE MAIO DE 1996 - QUINTA-FEIRA

Nº 1.660

LEIS.....	PÁG. 01
LEIS COMPLEMENTARES.....	PÁG. 04
DECRETOS.....	PÁG. 06
DESPACHOS.....	PÁG. 19
PORTARIA.....	PÁG. 20
EXTRATO DO CONTRATO.....	PÁG. 21
ATO DE INEXIGIBILIDADE.....	PÁG. 21
TERMO DE ADITAMENTO.....	PÁG. 21
EDITAL DE CONVOCAÇÃO.....	PÁG. 22
AVISO.....	PÁG. 23

LEIS

**LEI Nº 7569, DE 15
DE MAIO DE 1996.**

“Dispõe sobre a contratação de pessoal por prazo determinado, na área educacional”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O Poder Executivo Municipal, nos termos do artigo 37, IX, da Constituição Federal e artigo 92, X, da Constituição do Estado, poderá contratar, temporariamente e em caráter excepcional, para suprir necessidade transitória, pessoal na área de educação, para viabilizar o cumprimento de sua programação normal e evitar o declínio da qualidade e eficiência do ensino.

Art. 2º - As contratações por tempo determinado, para preenchimento transitório de 80 cargos de Profissional de Educação III, terão vigên-

cia até 31 de dezembro de 1996.

Parágrafo Primeiro - A remuneração dos profissionais contratados será correspondente ao vencimento inicial da Tabela de Vencimentos do Pessoal do Magistério.

Parágrafo Segundo - Até a data mencionada neste artigo, a Prefeitura de Goiânia, deverá promover concurso público e efetivar as providências legais e administrativas, para o provimento dos cargos necessários ao atendimento integral da Rede Municipal de Ensino, a partir de 1º de janeiro de 1997.

Art. 3º - Os contratos de que trata esta lei serão firmados pelo prazo de seis meses, podendo ser prorrogados por igual período.

Art. 4º - As contratações serão feitas sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Art. 5º - Fica também o Poder Executivo autorizado a preencher a

eventual vacância dos citados cargos, respeitadas as condições do artigo 92, X, da Constituição Estadual.

Art. 6º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de fevereiro de 1996.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 15 dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI

Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA

Secretário do Governo Municipal

Cairo Antônio Vieira Peixoto

Fausto Jaime

Aurélio Augusto Pugliese

Déo Costa Ramos

Osmar Pires Martins Júnior

Luiz Alberto Gomes de Oliveira

Itamar Pires Ribeiro

Rosimar Joaquim da Silva

Vera Regina Barêa

Abel Araújo Filho

(Projeto-de-lei nº 040/96, de
autoria do Chefe do Executivo)

LEI Nº 7570, DE 15

DE MAIO DE 1996.

**“Desafeta áreas de sua
destinação primitiva e dá outras
providências”.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE
GOIÂNIA APROVA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º - Ficam desafetadas de
suas destinações primitivas passando
a categoria de bens dominiais do Mu-
nicípio as áreas a seguir descritas:

Parte Integrante da APM-7 -
Equipamentos Comunitários onde está
construído o Colégio Estadual Irmã
Gabriela, Conjunto Riviera, nesta Ca-
pital, com 13.117,74 m², e tem seus
limites e confrontações assim descri-
tos: “Inicia-se na Av. Planalto no pon-
to de encontro com o muro da Creche

Sagrado Coração de Jesus; daí segue
por esta Avenida na distância de 67,18
metros até o ponto de encontro com o
muro do Posto Policial; daí, defletindo
a direita segue contornando este muro
nas distâncias de 49,50 metros (+)
19,00 metros; daí, defletindo a direita
segue confrontando com o lote 12 da
Quadra 23-A e APM-6 na distância de
81,67 metros; daí, defletindo a direita
segue confrontando com área rema-
nescente da APM-7-Equipamentos Co-
munitários nas distâncias de 47,75
metros (+) 02,68 metros; daí, defletindo
a direita segue confrontando com área
do Colégio Chico Mendes nas distânci-
as de 74,89 metros (+) 70,00 metros
até a Av. Perimetral Seis; daí, defletindo
a direita segue por esta Avenida na dis-
tância de 100,52 metros até o muro da
Creche Sagrado Coração de Jesus, daí,
segue contornando este muro nas dis-
tâncias de 50,37 metros (+) 5,53 metros
até o ponto onde teve início esta des-
crição”.

Parte Integrante da APM-7-Equi-
pamentos Comunitários onde está
construído o Colégio Estadual Chico
Mendes, com 6.320,68 m², e tem seus
limites e confrontações assim descritos:

“Inicia-se na Av. Perimetral Seis, com o
Colégio Estadual Irmã Gabriela; daí, se-
gue confrontando com este Colégio na
distância de 70,00 metros; daí, defletindo
a direita segue ainda pela mesma con-
frontação e área remanescente da APM-
7 na distância de 80,89 metros; daí,
defletindo a direita segue confrontando
ainda com área remanescente da APM-
7 na distância de 30,65 metros até a Av.
Perimetral Cinco; daí, defletindo a direi-
ta segue por esta Av. na distância de
50,96 metros até o chanfrado com a Av.
Perimetral Seis; daí, por este chanfrado
no D=8,99 metros - AC=62°20'19"-
R=8,27 metros, até a Av. Perimetral Seis;
daí, por esta Avenida na distância de
72,23 metros até o ponto onde teve ini-
cio esta descrição”.

Parte Integrante da APM-7-Equi-
pamentos Comunitários onde está
construído o Posto Policial Militar, com
768,53 m², e tem seus limites e confron-
tações assim descritos: “Frente: 26,95
metros pela Av. Planalto; Fundo: 19,00
metros confrontando com o Colégio Es-
tadual Irmã Gabriela; Lado Direito: 30,50
metros confrontando com o lote 12; Lado
Esquerdo: 49,50 metros confrontando
com o Colégio Estadual Irmã Gabriela”,
conforme planta e memorial descritivo
constante do processo nº 6012132.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO - CRIADO PELA LEI Nº 1.552, DE 21/08/1959

Prefeito Municipal de Goiânia

DARCI ACCORSI

Secretário do Governo Municipal

VALDIR BARBOSA

Editora do Diário Oficial

EDMA SOUSA RODRIGUES “Substituta”

Tiragem 250 exemplares

Endereço PALÁCIO DAS CAMPINAS

Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira nº 105

Centro - Fone: 224-5666 (Ramal 144) - Fax: (062)

224-5511

Atendimento: das 07:00 às 18:00 horas

PUBLICAÇÕES / PREÇOS

A - Atas balanços, editais, avisos, tomadas de preços,
concorrências públicas, extratos contratuais e outras.

B - Assinaturas e Avulso

b.1 - Assinatura semestral s/ remessas..... R\$ 36,00

b.2 - Assinatura semestral c/ remessas..... R\$ 40,00

b.3 - Avulsos R\$ 0,50

b.5 - Avulso atrasado R\$ 0,60

b.4 - Publicação..... R\$ 1,50

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar ao Estado de Goiás sob a forma de doação as áreas acima descritas.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 15 dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI

Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA

Secretário do Governo Municipal

Cairo Antônio Vieira Peixoto

Fausto Jaime

Aurélio Augusto Pugliese

Déo Costa Ramos

Osmar Pires Martins Júnior

Luiz Alberto Gomes de Oliveira

Itamar Pires Ribeiro

Rosimar Joaquim da Silva

Vera Regina Barêa

Abel Araújo Filho

(Projeto-de-Lei nº 219/95, de autoria do Chefe do Executivo)

LEI Nº 7.571, DE 15

DE MAIO DE 1996.

“Dispõe sobre a Criação da Letra Financeira do Tesouro do Município de Goiânia - LFTG e dá outras providências”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE

GOIÂNIA APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica criada a Letra Financeira do Tesouro do Município de Goiânia - LFTG.

Art. 2º - De acordo com o parágrafo único do artigo 33 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a emitir e colocar no mercado Letras Financeiras do Tesouro do Município de Goiânia - LFTG, no montante de até R\$ 25.000,000,00 (vinte e cinco milhões de reais) com as seguintes características:

I - valor nominal múltiplo de R\$ 1,00 (um real);

II - forma de colocação; oferta pública;

III - rendimento: idêntico ao da Letra Financeira do Tesouro Nacional - LFTN, criada pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987;

IV - resgate: pelo valor nominal, acrescido do respectivo rendimento;

V - prazo: 01 (um) a 60 (sessenta) meses;

VI - modalidade: nominativa transferível.

Art. 3º - A Prefeitura Municipal de Goiânia reservará o corresponden-

te ao valor principal, corrigido de seus pagamentos futuros, nos processos judiciais de natureza não alimentar, com sentenças proferidas até a data de 05 de outubro de 1988.

Parágrafo Único - A Prefeitura Municipal de Goiânia, com recursos de que trata esta lei, poderá celebrar acordos para pagamento de seus débitos judiciais, apurados em sentenças transitadas em julgado.

Art. 4º - Com o recebimento dos recursos de que trata esta lei, a Prefeitura Municipal de Goiânia pagará os seus precatórios judiciais com sentença proferida até 05 de outubro de 1988, iniciando pelos credores de menor valor, respeitados a ordem e o prazo legal, desde que não existam razões jurídico-processuais que justifiquem o seu não pagamento.

Art. 5º - Em nenhum caso as letras financeiras do Tesouro do Município de Goiânia que são objetos desta lei serão utilizadas para pagamentos diretos de desapropriações a serem realizadas pela municipalidade, nos termos do inciso III do parágrafo 4º, do artigo 182, da Constituição Federal.

Art. 6º - A Secretaria Municipal de Finanças fica autorizada a instituir um Fundo de natureza contábil denominado “FUNDO DE LIQUIDEZ DOS TÍTULOS DA PREFEITURA DE GOIÂNIA”, que será constituído de recursos provenientes da negociação

dos Títulos de que trata esta Lei e de outros recursos orçamentários, com a finalidade de garantir, no mercado, a liquidez e negociabilidade dos referidos Títulos.

Parágrafo Primeiro - A Secretaria Municipal de Finanças fica autorizada a celebrar convênios, ajustes ou contratos para emissão, colocação e resgate das LFTG, observada a legislação pertinente.

Parágrafo Segundo - A remuneração pelos serviços de que trata este artigo será fixada pela Secretaria Municipal de Finanças, de acordo com as práticas do mercado de títulos.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Finanças providenciará a inclusão no orçamento anual, das dotações necessárias à cobertura das despesas com a emissão, colocação e resgate dos títulos, bem como de seus rendimentos.

Art. 8º - Fica o Executivo Municipal autorizado, nos termos do artigo 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abrir crédito adicional especial para a cobertura das despesas de que trata esta Lei, em relação ao presente e ao próximo exercício.

Art. 9º - Os recursos para o atendimento ao crédito adicional especial referido no parágrafo anterior serão provenientes de excesso de arrecada-

ção.

Art. 10 - As Letras Financeiras do Tesouro do Município de Goiânia terão poder liberatório pelo seu valor de resgate atualizado, após seu vencimento, para pagamento de débitos Municipais

Art. 11 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 15 dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI

Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA

Secretário do Governo Municipal

Cairo Antônio Vieira Peixoto

Fausto Jaime

Aurélio Augusto Pugliese

Déo Costa Ramos

Osmar Pires Martins Júnior

Luiz Alberto Gomes de Oliveira

Itamar Pires Ribeiro

Rosimar Joaquim da Silva

Vera Regina Barêa

Abel Araújo Filho

(Projeto-de-Lei nº 016/96, de autoria do Chefe do Executivo)

LEIS COMPLEMENTARES

**LEI COMPLEMENTAR Nº 046,
DE 09 DE MAIO DE 1996**

Revoga dispositivos das Leis Com-

plementares nºs. 01, de 21 de dezembro de 1990, e 05 de 20 de março de 1991.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA APROVA E PROMULGA A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - Fica revogada a redação dada aos artigos 154 e 155, e seus §§, da Lei nº 5.040, de 20 de novembro de 1975, Código Tributário do Município de Goiânia, pelo artigo 3º, da Lei Complementar nº 01, de 21 de dezembro de 1990, e pelos artigos 5º, 6º e 7º, da Lei Complementar nº 05, de 20 de março de 1991.

Art. 2º - Ficam exonerados do pagamento da Taxa de serviços Urbanos, apurada de conformidade com os artigos 154 e 155, e seus §§, da Lei nº 5.040, de 20 de novembro de 1975, com as alterações produzidas pelas Leis Complementares nº 01, de 21 de dezembro de 1990, e 05, de 20 de março de 1991, todos os contribuintes devedores, cujos débitos se relacionem com lançamentos verificados até a vigência desta lei complementar.

Art. 3º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, em 09 de maio de 1996.

**Vereador Rosiron Wayne
Presidente**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 047,
DE 14 DE MAIO DE 1996.**

"Altera dispositivo da Lei Complementar nº 014/92, que institui o Código de Posturas do Município de Goiânia".

**A CÂMARA MUNICIPAL DE
GOIÂNIA APROVA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI COMPLEMENTAR:**

Art. 1º - Os artigos 47 e 49 da Lei Complementar nº 14 de 29 de dezembro de 1992 - Código de Posturas - passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 47 - a instalação e o funcionamento de qualquer tipo de aparelho sonoro, engenho que produza ruídos, instrumentos de alerta, propaganda para o exterior dos estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços e similares dependem de licença prévia da Prefeitura.

Parágrafo 1º - A falta de licença a que se refere este artigo, bem como a produção de intensidade sonora superior a estabelecida nesta lei implicará na apreensão dos aparelhos, ressaltado o instrumento de trabalho do músico, sem prejuízos de outras sanções;

Parágrafo 2º - A produção de música ao vivo nos bares, choperias, casas noturnas e estabelecimentos similares, será precedida da licença da

Prefeitura e atenderá as seguintes exigências:

I - O estabelecimento deverá ter competente adaptação técnica de acústica, de modo a evitar a propagação de som ao exterior em índices acima dos definidos nesta lei, bem como a perturbação do sossego público;

II - O horário de funcionamento do som ao vivo será das 21:00 as 2:00 horas, de acordo com as condições e características do estabelecimento;

III - É vedado a realização de som ao vivo em local totalmente aberto que cause transtorno e perturbação, ou que não tenha vedação acústica necessária;

IV - O estabelecimento será previamente vistoriado por técnicos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, que emitirão Relatórios de Inspeção sobre o mesmo.

Parágrafo 3º - A Autorização para a produção de Som ao Vivo terá validade de 01 (um) ano, cuja renovação dependerá de competente inspeção para a verificação das condições de funcionamento;

Parágrafo 4º - A qualquer momento, em razão da comprovação de perturbação do sossego público, a autorização poderá ser suspensa ou revogada, sem prejuízo de outras sanções, em processo administrativo

contencioso a que se permitirá ampla defesa.

Art. 49 - A intensidade de som ou ruído, medida em decibéis, não poderá ser superior a estabelecida nas normas técnicas.

Parágrafo 1º - O nível máximo de som ou ruído permitido para veículos é de 85db (oitenta e cinco decibéis), medidos na curva "B", do respectivo aparelho, a distância de 7m (sete metros do veículo ao ar livre, engatado na primeira marcha, no momento da saída.

Parágrafo 2º - O nível máximo de som ou ruído permitido para a produção por utensílios ou engenhos, máquinas, compressores, geradores estacionários ou equipamentos de qualquer natureza, é de 55db (cinquenta e cinco decibéis) das 7:00 (sete) as 19 (dezenove) horas, medidos na curva "B"; é de 45 db (quarenta e cinco decibéis) das 19:00 (dezenove) as 7:00 (sete) horas, medidos na curva "A" do respectivo aparelho, ambos a distância a partir de 5m (cinco) metros de qualquer ponto das divisas do imóvel onde aquelas instalações estejam localizados ou do ponto de maior intensidade de ruídos produzidos no local de sua geração.

Parágrafo 3º - O nível máximo de som ou ruído permitido para a produção por pessoas ou qualquer tipo de aparelhos sonoros, orquestra, instru-

mentos, em especial para a realização de som ao vivo, é de 70 db (setenta decibéis) das 7:00 (sete) as 19:00 (dezenove) horas, medido na curva "B" e de 60 (sessenta decibéis) das 19:00 (dezenove) as 7:00 (sete) horas, medidos na curva "A" do respectivo aparelho, ambos a distância a partir de 5m (cinco) metros de qualquer ponto das divisas do imóvel onde aquelas instalações estejam localizadas ou do ponto de maior intensidade de ruídos produzidos no local de sua geração.

Parágrafo 4º - Não se aplica a norma do parágrafo anterior aos sons produzidos por:

I - Sinos de igreja, conventos e capelas, desde que sirvam, exclusivamente, para indicar horas ou para anunciar a realização de atos ou cultos religiosos, devendo ser evitados os toques antes das 5:00 (cinco) horas e depois das 22:00 (vinte e duas) horas;

II - Fanfarras ou bandas de música durante a realização de procissões, cortejos ou desfiles públicos, nas datas religiosas e cívicas, ou mediante autorização especial do órgão competente da Prefeitura;

III - Sirenes ou aparelhos de sinalização de ambulâncias ou de carros de bombeiros e da polícia;

IV - Apitos de rondas e guardas policiais;

V - Máquinas ou aparelhos utilizados em construções ou obras em geral, devidamente licenciados pela Prefeitura, desde que funcionem entre 7:00 (sete) e 19:00 (dezenove) horas, exceto nos domingos e feriados e desde que não ultrapassem o nível máximo de 90 db (noventa decibéis), medidos na curva "C" do aparelho medidor de intensidade de som, a distância de 5m (cinco) metros de qualquer ponto de divisa onde, aqueles equipamentos estejam localizados;

VI - Sirenes ou outros aparelhos sonoros, quando funcionarem exclusivamente para assinar horas, entradas ou saídas de locais de trabalho, desde que os sinais não prolonguem por mais de trinta segundos e não verifiquem depois das 20:00 (vinte) horas e antes das 6:00 (seis) horas;

VII - Explosivos empregados no arrebatamento de pedreiras, rochas e demolições, desde que as detonações ocorram entre 7:00 (sete) e 18:00 (dezoito) horas e sejam autorizadas previamente pela Prefeitura.

Parágrafo 5º - VETADO

Art. 2º - VETADO

Art. 3º - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 14 dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI

Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA

Secretário do Governo Municipal

Cairo Antônio Vieira Peixoto

Fausto Jaime

Aurélio Augusto Pugliese

Déo Costa Ramos

Osmar Pires Martins Júnior

Luiz Alberto Gomes de Oliveira

Itamar Pires Ribeiro

Rosimar Joaquim da Silva

Vera Regina Barêa

Abel Araújo Filho

(Projeto-de-Lei Complementar nº 010/95, de autoria da Mesma Diretora da Câmara Municipal de Goiânia)

DECRETOS

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 035, DE 02 DE MAIO DE 1996.

"Abre Crédito Adicional de Natureza Suplementar".

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto do artigo 43 e seus parágrafos, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e inciso II, do artigo 7º, da Lei nº 7.537, de 26 de dezembro de 1995,

DECRETA:

Art. 1º - É aberto à **SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**, 01 (hum) Crédito Adicional de Natureza Suplementar, no montante de R\$ 8.725,00 (oito mil setecentos e vinte e cinco reais), correspondente a 2.138,4803 UROMGs (duas mil cento e trinta e oito vírgula quarenta e oito zero três Unidades de Referência Orçamentária do Município de Goiânia), destinado a constituir reforço da seguinte dotação da vigente Lei de Meios:

2300 - SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

2301 - 13770202.073 - 3192.00
- 00 R\$ 8.725,00

TOTAL GERAL R\$ 8.725,00

Art. 2º - O Crédito aberto pelo artigo anterior será coberto com a anulação total e/ou parcial da seguinte dotação:

2300 - SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

2300 - 13770202.073 - 3120.00
- 00 R\$ 8.725,00

TOTAL GERAL R\$ 8.725,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 02 dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 036, DE 08 DE MAIO DE 1996.

"Abre Crédito Adicional de Natureza Suplementar".

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 43 e seus parágrafos, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e com base no inciso II, do artigo 7º, da Lei nº 7.537, de 26 de dezembro de 1995,

DECRETA:

Art. 1º - É aberto à **SECRETARIA DE FINANÇAS**, 01 (hum) Crédito Adicional de Natureza Suplementar, no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), correspondente a 24.509,8039 UROMGs (vinte e quatro mil quinhentas e nove vírgula oitenta e três e nove Unidades de Referência Orçamentária do Município de Goiânia), destinado a constituir reforço da seguinte dotação da vigente Lei de Meios:

1600 - SECRETARIA DE FINANÇAS

1601 - 03080212.095 - 3132.00
- 40 R\$ 100.000,00

TOTAL GERAL R\$ 100.000,00

Art. 2º - O Crédito aberto pelo artigo anterior será coberto com a anulação total e/ou parcial da seguinte dotação:

1600 - SECRETARIA DE FINANÇAS

1603 - 03080212.095 - 3265.00
- 00 R\$ 100.000,00

TOTAL GERAL R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 08 dias do mês de maio de 1996.

Darci Accorsi
PREFEITO DE GOIÂNIA
Valdir Barbosa
SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 037, DE 13 DE MAIO DE 1996.

"Abre Créditos Adicionais de Natureza Suplementar".

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 43 e seus parágrafos, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e inciso II, do artigo 7º, da Lei nº 7.537, de 26 de

dezembro de 1995,

DECRETA:

Art. 1º - São abertos à SECRETARIA DE FINANÇAS e MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, 02 (dois) Créditos Adicionais de Natureza Suplementar, no montante de R\$ 200.700,00 (duzentos mil e setecentos reais), correspondente a 49.191,1764 UROMGs (quarenta e nove mil cento e noventa e uma vírgula dezessete sessenta e quatro Unidades de Referência Orçamentária do Município de Goiânia), destinados a constituírem reforços das seguintes dotações da vigente Lei de Meios:

1600 - SECRETARIA DE FINANÇAS

1603 - 03080212.095 - 3132.00 - 00R\$ 200.000,00

SOMAR\$ 200.000,00

2300 - SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

2301 - 13770202.073 - 3192.00 - 00R\$ 700,00

SOMAR\$ 700,00

TOTAL GERAL ...R\$ 200.700,00

Art. 2º - Os Créditos abertos pelo artigo anterior serão cobertos com as anulações total e/ou parciais das seguintes dotações:

1600 - SECRETARIA DE FINANÇAS

1603 - 03080212.095 - 3265.00 - 00 R\$ 200.000,00

SOMAR\$ 200.000,00

2300 - SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

2301 - 13770202.073 - 3120.00 - 00 R\$ 700,00

SOMAR\$ 700,00

TOTAL GERAL ..R\$ 200.700,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 13 dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI

Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA

Secretário do Governo Municipal

DECRETO Nº 1360, DE 03

DE MAIO DE 1996.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.535, de 26 de dezembro de 1995, RESOLVE exonerar MIGUEL FABRÍCIO DE OLIVEIRA ALVES do cargo de Músico III, da Fundação Orquestra Sinfônica de

Goiânia, símbolo CC-3, a partir de 1º de abril de 1996.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI

Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA

Secretário do Governo Municipal

DECRETO Nº 1361, DE 03

DE MAIO DE 1996.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.535, de 26 de dezembro de 1995, RESOLVE nomear MIGUEL FABRÍCIO DE OLIVEIRA ALVES para exercer o cargo de Músico II, da Fundação Orquestra Sinfônica de Goiânia, atribuindo-lhe remuneração, símbolo CC-2, a partir de 01 de abril de 1996.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI

Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA

Secretário do Governo Municipal

DECRETO Nº 1362, DE 03

DE MAIO DE 1996.

"Retifica o Decreto nº 1225, de 29 de abril de 1996".

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** retificar o Decreto nº 1225, de 29 de abril de 1996, que *exonerou* Guido Ribeiro de Araújo do cargo em comissão de Coordenador Administrativo da Companhia de Pavimentação do Município de Goiânia - COMPAV, na parte relativa à lotação, para considerar como sendo exonerado do Departamento de Estradas de Rodagem do Município de Goiânia - DERMU, permanecendo inalterados os demais termos do referido Decreto.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 03 dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA

Secretário do Governo Municipal

**DECRETO Nº 1363, DE 06
DE MAIO DE 1996.**

"Retifica o Decreto nº 1224, de 29 de abril de 1996".

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** retificar o Decreto nº 1224, de 29 de abril de 1996, que *exonerou* Bianca Felipe Bezerra do cargo em comissão de Assessora de Planejamento da Companhia de Pavimentação do Município de Goiânia - COMPAV, na parte relativa à lotação,

para considerar como sendo exonerada do Departamento de Estradas de Rodagem do Município de Goiânia - DERMU, permanecendo inalterados os demais termos do referido Decreto.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal

**DECRETO Nº 1364, DE 06
DE MAIO DE 1996.**

"Retifica o Decreto nº 1223, de 29 de abril de 1996".

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** retificar o Decreto nº 1223, de 29 de abril de 1996, que *exonerou* Nelson de Salles Guerra Guzzo do cargo em comissão de Diretor-Presidente da Companhia de Pavimentação do Município de Goiânia - COMPAV, na parte relativa à lotação, para considerar como sendo exonerado do Departamento de Estradas de Rodagem do Município de Goiânia - DERMU, permanecendo inalterados os demais termos do referido Decreto.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal

**DECRETO Nº 1365, DE 06
DE MAIO DE 1996.**

"Retifica o Decreto nº 980, de 01 de abril de 1996".

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** retificar o Decreto nº 980, de 01 de abril de 1996, que *nomeou* Márcio Nascimento Rossendy de Almeida, para exercer o cargo em comissão de Auxiliar de Execução-2, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, na parte relativa ao nome do servidor, para considerar como sendo **MÁRCIO CLÁUDIO ROSSENDY DE ALMEIDA**, permanecendo inalterados os demais termos do referido Decreto.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI
Prefeito de Goiânia
VALDIR BARBOSA
Secretário do Governo Municipal

**DECRETO Nº 1366, DE 06
DE MAIO DE 1996.**

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, **RE-**

SOLVE nomear JUSELICE MARIA DA ROCHA para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Material e Patrimônio, da Secretaria Municipal de Obras, Material e Patrimônio, símbolo CC-1, a partir de 07 de maio de 1996.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 06 dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI

Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA

Secretário do Governo Municipal

DECRETO Nº 1367, DE 06 DE MAIO DE 1996.

“Designa membros para integrar o Conselho de Curadores, da Fundação Orquestra Sinfônica de Goiânia - FOSGO”.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, e à vista do disposto no Decreto nº 3.225, de 26 de dezembro de 1995, c/c com o Art. 8º e Art. 19 do Estatuto da Fundação Orquestra Sinfônica de Goiânia,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados para comporem o Conselho de Curadores, órgão de fiscalização e auditorias internas da FOSGO, tanto nos aspectos contábeis e orçamentário-financeiros

quanto patrimonial e operacional, cabendo-lhe também manifestar-se sobre a legalidade dos atos de contratação de pessoal e de concessão de benefícios ao mesmo, os seguintes membros:

01 - DUÍLIO ABREU PENNA;

02 - SUSI FÁTIMA MAMEDE;

03 - IRENE DE PAIVA MIGUEL DOS SANTOS;

04 - MARIA DAS GRAÇAS DE AZEVEDO VERAS;

05 - MARIA DAS GRAÇAS DE CARLES.

Art. 2º - O Conselho de Curadores da FOSGO, reunir-se-á às quintas-feiras, nas segundas e quartas semanas do mês.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 06 dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI

Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA

Secretário do Governo Municipal

DECRETO Nº 1369, DE 06 DE MAIO DE 1996.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, e ten-

do em vista o disposto na Lei nº 7.535, de 26 de dezembro de 1995, **RESOLVE nomear ELIELSON PAULO DANTAS DE OLIVEIRA** para exercer o cargo de Músico II, da Fundação Orquestra Sinfônica de Goiânia, atribuindo-lhe remuneração, símbolo CC-2, a partir de 15 de abril de 1996.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI

Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA

Secretário do Governo Municipal

DECRETO Nº 1370, DE 06 DE MAIO DE 1996.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.535, de 26 de dezembro de 1995, **RESOLVE nomear EDSON LUIZ NOGUEIRA** para exercer o cargo de Músico II, da Fundação Orquestra Sinfônica de Goiânia, atribuindo-lhe remuneração, símbolo CC-2, a partir de 15 de abril de 1996.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI

Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA

Secretário do Governo Municipal

**DECRETO Nº 1371, DE 06
DE MAIO DE 1996.**

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.535, de 26 de dezembro de 1995, **RESOLVE nomear MARIA CÉLIA VIEIRA DE ANDRADE** para exercer o cargo de Corista, da Fundação Orquestra Sinfônica de Goiânia, atribuindo-lhe remuneração, símbolo CC-4, a partir de 01 de maio de 1996.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI

Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA

Secretário do Governo Municipal

**DECRETO Nº 1372, DE 06
DE MAIO DE 1996.**

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.535, de 26 de dezembro de 1995, **RESOLVE nomear DENIA BEATRIZ OLIVEIRA DE ANDRADE** para exercer o cargo de Cantor, da Fundação Orquestra Sinfônica de Goiânia, atribuindo-lhe remuneração, símbolo CC-4, a

partir de 01 de maio de 1996.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI

Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA

Secretário do Governo Municipal

**DECRETO Nº 1373, DE 06
DE MAIO DE 1996.**

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.535, de 26 de dezembro de 1995, **RESOLVE nomear MILTON CARLOS DE ABREU** para exercer o cargo de Cantor, da Fundação Orquestra Sinfônica de Goiânia, atribuindo-lhe remuneração, símbolo CC-4, a partir de 01 de maio de 1996.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI

Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA

Secretário do Governo Municipal

**DECRETO Nº 1374, DE 06
DE MAIO DE 1996.**

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** autorizar **ROSIMAR JOAQUIM DA SILVA**, Secretário das Comunicações Sociais, a empreender viagem à cidade de São Paulo-SP, nos dias 16 e 17 de maio de 1996, em objeto de serviço desta Prefeitura, e, de consequência, com fundamento no artigo 5º, parágrafo único, inciso I, do Decreto nº 912, de 26 de março de 1996, atribuir-lhe 02 (duas) diárias no valor total de R\$ 292,00 (duzentos e noventa e dois reais), correndo a despesa à conta de dotação específica do Orçamento em vigor.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 06 dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI

Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA

Secretário do Governo Municipal

**DECRETO Nº 1375, DE 06
DE MAIO DE 1996.**

“Dispõe sobre a administração do Fundo Municipal do Meio Ambiente FMMA, e dá outras providências”.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento do disposto no art. 6º da Lei nº 7.526, de 22 de dezembro de 1995,

DECRETA:

Art. 1º - O Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA, instituído pela Lei 7.526, de 22 de dezembro de 1995, vinculado à Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMMA, é de natureza contábil, com autonomia financeira e administrativa, com finalidade de captar recursos destinados a custear programas e projetos de preservação, de recuperação e de melhoria da qualidade do meio ambiente no Município.

Art. 2º - As receitas previstas no art. 3º da Lei nº 7.526/95 serão aplicadas nas seguintes despesas:

I - Financiamento total ou parcial de despesas de investimentos em programas de melhoria da qualidade do meio ambiente, desenvolvidos pela SEMMA ou com ela conveniados (art. 12, parágrafo quarto, da Lei nº 4.320 de 17/03/64);

II - Pagamento de despesas de custeio e transferências correntes;

III - Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos em meio ambiente;

IV - Atendimento de despesas diversas, de caráter urgente e inadiável, necessária à execução das ações e serviços relacionados com as atividades mencionadas no art. 1º da presente lei.

Parágrafo primeiro - As receitas previstas na Lei 7.526/95 serão depositadas obrigatoriamente em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito.

Parágrafo segundo - A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

I - da existência de disponibilidade em função do cumprimento da programação;

II - de prévia aprovação do Secretário Municipal do Meio Ambiente.

Parágrafo terceiro - O saldo positivo do Fundo, apurado em balanço, será transferido para o exercício seguinte, à critério do próprio Fundo.

Art. 3º - O orçamento do FMMA, evidenciará as diretrizes e programas da Política Municipal do Meio Ambiente, observados o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os princípios da universalidade e unidade.

Parágrafo primeiro - O orçamento do FMMA observará na sua elaboração e execução, os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Parágrafo segundo - O orçamento do FMMA integrará o orçamento do Município, em observância ao

princípio da unidade.

Parágrafo terceiro - Anualmente se processará o inventário dos bens e direitos do Fundo.

Art. 4º - Nenhuma despesa orçamentária será realizada sem a necessária autorização, conforme estabelecido em lei.

Art. 5º - O FMMA será gerido e administrado pelo Secretário Municipal do Meio Ambiente, auxiliado pelo Assessor de Planejamento da SEMMA, e fiscalizado pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Art. 6º - Ao Secretário Municipal do Meio Ambiente compete, em relação ao FMMA:

I - Aprovar as diretrizes para o seu funcionamento, devidamente respaldado pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente;

II - Submeter as contas à apreciação do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Tribunal de Contas dos Municípios;

III - Aprovar o Plano de Aplicação de seus recursos, após submetê-lo à apreciação do Conselho Municipal do Meio Ambiente;

IV - Delegar competência ao Assessor de Planejamento e aos encarregados da administração do FMMA;

V - Decidir sobre auditorias internas;

VI - Movimentar as contas bancárias.

Art. 7º - Ao Assessor de Planejamento da SEMMA compete, em relação ao FMMA, em conjunto com os encarregados de sua administração, tem por finalidade elaborar as propostas orçamentárias anuais do respectivo Fundo, competindo-lhe especificamente:

I - Executar:

a) orçamento anual e acompanhar o seu desenvolvimento;

b) a programação dos repasses financeiros, de acordo com os Planos de Aplicação aprovados;

II - Promover:

a) o registro e controle contábil da receita e da despesa;

b) a liquidação da despesa;

c) a elaboração dos balancetes e balanços; a prestação de contas e os demonstrativos da execução orçamentária e financeira;

d) a movimentação de contas bancárias e aplicação dos recursos financeiros.

III - Acompanhar a execução de projetos e atividades;

IV - Elaborar, controlar, analisar

e manter atualizada a prestação de contas dos convênios firmados;

V - Programar e realizar os pagamentos aos fornecedores;

VI - Coordenar e controlar as aplicações financeiras dos recursos;

VII - Elaborar, controlar e coordenar o sistema de compras, em conjunto com a Coordenadoria de Serviços Administrativos;

VIII - Coordenar o processo contábil de prestação de contas da gestão do FMMA;

IX - Coordenar as atividades relativas à contabilidade e à administração financeira do FMMA;

X - Exercer outras atividades compatíveis com a natureza de suas funções e que lhe forem atribuídas pelo Secretário.

Art. 8º - Passam a integrar a estrutura administrativa da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, ligada ao Gabinete do Secretário, a seguinte estrutura:

Fundo Municipal do Meio Ambiente

- Setor de Tesouraria

- Setor de Contabilidade

Art. 9º - Ao Fundo Municipal do Meio Ambiente compete:

X

I - auxiliar a Assessoria de Planejamento conforme atribuições previstas no art. 7º;

II - supervisionar e fazer executar as atribuições, em relação ao FMMA, do Setor de Tesouraria e do Setor de Contabilidade;

III - acompanhar convênios, contratos, acordos e ajustes firmados pelo Poder Público Municipal no âmbito da atividade ambiental, conforme legislações pertinentes;

IV - providenciar a documentação necessária às prestações de contas do FMMA;

V - atender os prazos estabelecidos nos convênios firmados pelo FMMA e manter controle da remessa das prestações de contas do mesmo;

VI - lançar e controlar, através do Sistema de Controle dos convênios, contratos, acordos e ajustes, as despesas empenhadas e efetuadas;

VII - atualizar mapas das prestações de contas realizadas, a realizar e pendentes de regularização pelo FMMA;

VIII - fazer mapas comparativos dos custos do consumo de material verificado;

IX - propor o calendário anual das compras;

X - acompanhar, junto aos órgãos responsáveis, os processos relativos à aquisição de material e de bens permanentes e à manutenção de equipamentos, de obras e demais investimentos;

XI - orientar os responsáveis pela execução do Plano de Aplicação dos Adiantamentos do FMMA e a sua prestação de contas;

XII - definir as especificações técnicas do material utilizado pelo Núcleo, no intuito de assegurar a aquisição correta pela unidade competente;

XIII - exercer outras atividades compatíveis com a natureza de suas funções e que lhe forem atribuídas pelo Núcleo do FMMA.

Art. 10 - Ao Setor de Tesouraria compete:

I - controlar as aplicações financeiras dos recursos relativos a convênios, transferências do Tesouro Municipal e recursos próprios do FMMA;

II - manter registro e controle de adiantamentos, fundos especiais, fundos rotativos e outros relacionados com os numerários e valores do Município sob a guarda e responsabilidade do FMMA;

III - fornecer aos órgãos competentes os dados e as informações para o estudo do comportamento da despesa do FMMA;

IV - programar e executar atividades de pagamento de credores do FMMA;

V - depositar em contas do FMMA os recursos financeiros;

VI - controlar os depósitos e as retiradas bancárias do FMMA promovendo a conciliação mensal;

VII - controlar o recolhimento de numerário oriundo de receitas e de rendimentos de aplicações de recursos em mercado aberto pelo FMMA;

VIII - orientar os responsáveis pela execução do Plano de Aplicação dos adiantamentos do FMMA e a sua prestação de contas;

IX - definir as especificações técnicas do material utilizado pelo Setor, no intuito de assegurar a aquisição correta pela unidade competente;

X - exercer outras atividades compatíveis com a natureza de suas funções e que lhe forem atribuídas pela Assessoria de Planejamento.

Art. 11 - Ao Setor de Contabilidade compete:

I - elaborar balancetes mensais, balanço anual e outros demonstrativos da execução orçamentária e financeira do FMMA, conforme orientação do Órgão Central do Sistema Contábil e Financeiro;

II - preparar, na periodicidade determinada, a prestação de contas contábil da gestão do FMMA, abrangendo as demonstrações contábeis e orçamentárias, bem como notas explicativas às demonstrações apresentadas;

III - fazer a conciliação bancária de todas as contas sob sua responsabilidade, encaminhando ao Órgão Cen-

tral do Sistema Contábil e Financeiro, até o mês subsequente, o relatório e o extrato de contas do mês da prestação de contas;

IV - sugerir ao Órgão Central do Sistema Contábil e Financeiro alteração no Plano de Contas Contábeis, segundo suas necessidades;

V - elaborar os relatórios contábeis sob sua responsabilidade e encaminhá-los ao Órgão Central do Sistema Contábil e Financeiro, até o décimo dia subsequente à prestação de contas;

VI - definir as especificações técnicas do material utilizado pelo Setor, no intuito de assegurar a aquisição correta pela unidade competente;

VII - exercer outras atividades compatíveis com a natureza de suas funções e que lhe forem atribuídas pelo Núcleo do FMMA.

Art. 12 - O Secretário Municipal do Meio Ambiente expedirá normas complementares que julgar necessárias para o bom desempenho do FMMA.

Art. 15 - Para início das operações do Fundo, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente promoverá a elaboração do orçamento anual e dos respectivos planos de aplicação, de acordo com as normas orçamentárias vigentes.

Art. 16 - A classificação das funções de confiança de chefe do Núcleo do FMMA, do Setor de Tesouraria e do Setor de Contabilidade integrantes da estrutura organizacional da SEMMA é

a constante do Anexo único deste decreto.

Art. 17 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeito financeiro a partir de 01 de abril de 1996, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 06 dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI

Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA

Secretário do Governo Municipal

ANEXO ÚNICO AO DECRETO Nº 1375/96 (abaixo)

DECRETO Nº 1376, DE 06 DE MAIO DE 1996.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e à vis-

ta do disposto do artigo 205, III, letra "c", da Lei Complementar nº 011, de 11 de maio de 1992 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Goiânia,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aposentada, no cargo de Auxiliar de Serviços de Higiene e Alimentação II, Padrão "F", **NERCI RODRIGUES DA ROCHA**, por contar com mais de 25 (vinte e cinco) anos de serviço prestado.

Parágrafo único - Os proventos da aposentadoria a que se refere este artigo serão proporcionais ao seu tempo de serviço (25/30) e compostos das seguintes parcelas mensais: **Vencimento: R\$ 86,50** (oitenta e seis reais e cinquenta centavos) e **Quinquênios (4): R\$ 34,60** (trinta e quatro reais e sessenta centavos), **acrescidos de 20% (vinte por cento)**, conforme determina o **Parágrafo único, do art. 208, da Lei Complementar nº 011/92:**

R\$ 24,22 (vinte e quatro reais e vinte e dois centavos), nos termos do Processo nº 943.772-0/96.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos dias do mês de maio de 1996.

Darci Accorsi

PREFEITO DE GOIÂNIA

Valdir Barbosa

SECRETÁRIO DO GOVERNO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1377, DE 07 DE MAIO DE 1996.

"Retifica o Decreto nº 1222, de 29 de abril de 1996".

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais **RESOLVE** retificar o Decreto nº 1222, de 29 de abril de 1996, que **exonerou**

UNIDADE	SÍMBOLO	CARGO	ESCOLARIDADE	QUANTITATIVO
Fundo Municipal do Meio Ambiente	FG-1	Analista em Organização e Finanças Analista Jurídico	Adm./Econ./Cont./Dir.	01
Setor de Tesouraria	FG-2	Assistente de Atividades Administrativas	Segundo Grau Completo	01
Setor de Contabilidade	FG-2	Assistente de Atividades Administrativas	Contabilidade	01

Clodoveu Reis Pereira do cargo em comissão de Coordenador Técnico da Companhia de Pavimentação do Município de Goiânia - COMPAV, na parte relativa à lotação, para considerar como sendo exonerado do **Departamento de Estradas de Rodagem do Município de Goiânia - DERMU**, permanecendo inalterados os demais termos do referido Decreto.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 07 dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI

Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA

Secretário do Governo Municipal

DECRETO Nº 1378, DE 07
DE MAIO DE 1996.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado pelo período de 02 (dois) anos, a validade do Concurso Público da Secretaria Municipal da Educação da Prefeitura de Goiânia, levado a efeito pelo Edital nº 011/93, do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos - IDRH, publicado no Diário Oficial nº 1.083, de 13 de janeiro de 1994 e homologado através do Despacho nº 078/94, datado de 12 de janeiro de 1994 e também

publicado no Diário Oficial nº 1083, de 13 de janeiro de 1994.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de janeiro de 1996.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 07 dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI

Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA

Secretário do Governo Municipal

DECRETO Nº 1429, DE 13
DE MAIO DE 1996.

"Retifica o Decreto nº 1.404,
de 09 de maio de 1996".

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** retificar o Decreto nº 1.404, de 09 de maio de 1996, que *aprovou o Regimento Interno do Instituto de Planejamento Municipal - IPLAN*, na parte relativa a vigência do decreto, para considerar como sendo **A PARTIR DA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO**, permanecendo inalterados os demais termos do referido Decreto.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 13 dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI

Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA

Secretário do Governo Municipal

DECRETO Nº 1431, DE 14
DE MAIO DE 1996.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.448, de 11 de julho de 1995, **RESOLVE exonerar** ALBANE ALBERTO ALBUQUERQUE VELOSO DE ANDRADE do cargo em comissão de Coordenador-3, símbolo CC-3, com lotação na Secretaria do Governo Municipal, a partir de 10 de maio de 1996.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 14 dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI

Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA

Secretário do Governo Municipal

DECRETO Nº 1432, DE 14
DE MAIO DE 1996.

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, **RE-**

SOLVE designar **NEIDE DE ARRUDA CHAVES ZAIDEM** para exercer a função de confiança de Secretária Executiva da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, símbolo FG-2, a partir de 03 de maio de 1996.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 14 dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI

Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA

Secretário do Governo Municipal

**DECRETO Nº 1433, DE 14
DE MAIO DE 1996.**

O **PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE nomear** **JOÃO HENRIQUE MACHADO DIAS** para exercer o cargo de Assessor Nível - 1, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 13 de maio de 1996.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 14 dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI

Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA

Secretário do Governo Municipal

**DECRETO Nº 1434, DE 14
DE MAIO DE 1996.**

O **PREFEITO DE GOIÂNIA**, no

uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.448, de 11 de julho de 1995, **RESOLVE nomear** **MANOEL JOSÉ FERREIRA** para exercer o cargo em comissão de Coordenador - 2, com lotação na Secretaria do Governo Municipal, atribuindo-lhe remuneração, símbolo CC-2, a partir de 01 de maio de 1996..

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 14 dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI

Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA

Secretário do Governo Municipal

**DECRETO Nº 1435, DE 14
DE MAIO DE 1996.**

O **PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso de suas atribuições legais, e Considerando a reforma administrativa implantada neste Município, através da Lei nº 7.407/94,

DECRETA:

Art. 1º - Todas as atribuições inerentes à antiga Secretaria de Ação Urbana, atual Secretaria Municipal do Solo Urbano, relativas ao meio ambiente, passaram a ser competência única e exclusiva da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, conforme insertos no Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2631, de 11 de outubro de

1995.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 14 dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI

Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA

Secretário do Governo Municipal

**DECRETO Nº 1436, DE 14
DE MAIO DE 1996.**

"Retifica o Decreto nº 1.412, de 10 de maio de 1996."

O **PREFEITO DE GOIÂNIA**, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** retificar o Decreto nº 1.412, de 10 de maio de 1996, que *designou* **Lúcio Márcio Ribeiro** para exercer o cargo de Auxiliar de Atendente ao Contribuinte, com lotação na Secretaria Municipal de Finanças, na parte relativa ao nome, para considerar como sendo **LÚCIO MÁRIO RIBEIRO**, permanecendo inalterados os demais termos do referido Decreto.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 14 dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI**Prefeito de Goiânia****VALDIR BARBOSA****Secretário do Governo Municipal****DECRETO Nº 1437, DE 14****DE MAIO DE 1996.**

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE autorizar o servidor IVANILDO RIBEIRO JÚNIOR, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a empreender viagem à cidade de Brasília-DF, nos dias 27 e 28 de maio de 1996, em objeto de serviço desta Prefeitura, e, de consequência, com fundamento no artigo 5º, parágrafo único, inciso IV, do Decreto nº 912, de 26 de março de 1996, atribuir-lhe 02 (duas) diárias no valor total de R\$ 116,00 (cento e dezesseis reais), correndo a despesa à conta de dotação específica do Orçamento em vigor.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 14 dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI**Prefeito de Goiânia****VALDIR BARBOSA****Secretário do Governo Municipal****DECRETO Nº 1439, DE 14****DE MAIO DE 1996.****O PREFEITO DE GOIÂNIA,**

no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 17, da Lei nº 4.526, de 31 de dezembro de 1971, e Leis Complementares nº 015, de 30 de dezembro de 1992 e nº 031, de 29 de dezembro de 1994, bem como considerando o contido no Processo nº 953.623 - 0/96, de interesse de **IGREJA CRISTÃ EVANGÉLICA,**

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o remembramento e a planta dos lotes 05,06,07 e 19/20/21/22, da Quadra 07, situados à Rua 02 e Rua 03, Setor Centro Oeste, nesta Capital, que passam a constituir no lote 05/06/07/19/20/21/22, com as seguintes características e confrontações:

LOTE - 05/06/07/19/20/21/22 ÁREA**2.352,00m²**

Frente para a Rua 02.....48,00m
Fundo, dividindo com a Rua 03.36,00m
Lado direito, dividindo com os lotes 01,02,03 e 04.....56,00m
Lado esquerdo, dividindo com os lotes 18 e 08.....28,00m
Mais.....12,00m
Mais.....28,00m

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 14 dias do mês de maio

de 1996.

1996, 15 de maio de 1996, 14/05/96

DARCI ACCORSI**Prefeito de Goiânia****VALDIR BARBOSA****Secretário do Governo Municipal****DECRETO Nº 1440, DE 14****DE MAIO DE 1996.**

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 17, da Lei nº 4.526, de 31 de dezembro de 1971, e Leis Complementares nº 015, de 30 de dezembro de 1992 e nº 031, de 29 de dezembro de 1994, bem como considerando o contido no Processo nº 950.344 - 7/96, de interesse de **QUARTA IGREJA PRESBITERIANA RENOVADA DE GOIÂNIA,**

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o remembramento e a planta dos lotes 11 e 13, Quadra 79, situados à Av. Berlim, Jardim Europa, nesta Capital, que passam a constituir no lote 11/13, com as seguintes características e confrontações:

LOTE - 11/13 ÁREA 1.225,49m²

Frente para a Av. Berlim.....26,00m
Fundo, dividindo com os lotes 12 e 1027,672m
Lado direito, dividindo com o lote 1551,873m
Lado esquerdo, dividindo com o lote 09.....42,398m

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 14 dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI

Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA

Secretário do Governo Municipal

**DECRETO Nº 1441, DE 14
DE MAIO DE 1996.**

O PREFEITO DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 17, da Lei nº 4.526, de 31 de dezembro de 1971, e Leis Complementares nº 015, de 30 de dezembro de 1992 e nº 031, de 29 de dezembro de 1994, bem como considerando o contido no Processo nº 957.298-8/96, de interesse de **MANOEL RODRIGUES PRIMO**,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento e a planta do lote 83, da quadra 08, situado à Rua Machado de Assis e Rua Coelho Neto, Bairro Anhanguera, nesta Capital, que passa a constituir nos lotes 83 e 83-A, com as seguintes características e confrontações:

LOTE - 83 ÁREA 395,00m²
Frente para a Rua Machado de Assis,

.....13,52m
Fundo, dividindo com o lote 83-A
.....18,51m
Pelo lado direito, dividindo com o lote 85.....22,095m
Pelo lado esquerdo, dividindo com a Rua Coelho Neto.....16,94m
Pela linha de Chanfrado.....7,07m

LOTE 83-A ÁREA 394,50m²
Frente para a Rua Coelho Neto.21,31m
Fundo, dividindo com o lote 85..21,31m
Pelo lado direito, dividindo com o lote 83.....18,51m
Pelo lado esquerdo, dividindo com o lote 72.....18,51m

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 14 dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI

Prefeito de Goiânia

VALDIR BARBOSA

Secretário do Governo Municipal

DESPACHOS

Processo nº 964.550-1/96, em que **SECRETARIA DAS COMUNICAÇÕES SOCIAIS**

solicita inexigibilidade de licitação.

DESPACHO Nº 241/96 - À vista

do pleito inicial, **RESOLVO**, nos termos do artigo 115, XXI, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e tendo em vista o disposto no artigo 25, "caput", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, c/c com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, autorizar a realização da presente despesa, no valor estimativo de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) para pagamento de **SOCIEDADE APARECIDENSE DE COMUNICAÇÃO LTDA. - RÁDIO CARAIBA**, para divulgação e publicação de campanhas educativas, orientação comunitária, aniversário de Goiânia, Projeto Goiânia Viva, Matérias de interesse desta Municipalidade em caráter Informativo, no período de 01 de maio a 31 de dezembro de 1996.

Encaminhe-se à Procuradoria Geral do Município, para as providências cabíveis ao caso em questão e à Secretaria das Comunicações Sociais, para emissão da respectiva nota de empenho. Após, submeta-se à apreciação do Tribunal de Contas dos Municípios.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 08 dias do mês de maio de 1996.

Darci Accorsi

PREFEITO DE GOIÂNIA

Processo nº 961.781-7/96, em que **SECRETARIA MUNICIPAL DE**

SAÚDE solicita aquisição de vales-transporte.

DESPACHO Nº 242/96 - À vista do contido nos autos, **RESOLVO**, nos termos do artigo 115, XXI, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, e tendo em vista o disposto no artigo 25, I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, c/c com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, de 08 de junho de 1994, autorizar a realização da presente despesa no valor estimado de R\$ 3.220,00 (três mil, duzentos e vinte reais), para aquisição de vales-transporte destinados aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde, que irão participar da 1ª etapa da Campanha Nacional de Multivacinação, diretamente do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Goiânia - SETRANSP.

Encaminhe-se à Secretaria Municipal de Saúde, para a emissão da nota de empenho respectiva. Após, submeta-se à apreciação do Tribunal de Contas dos Municípios.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 08 dias do mês de maio de 1996.

Darci Accorsi
PREFEITO DE GOIÂNIA

Processo nº 954.928-5/96, em que **SECRETARIA MUNICIPAL DE**

EDUCAÇÃO solicita assinatura de Termo Aditivo ao convênio com a Universidade Federal de Goiás.

DESPACHO Nº 243/96 - À vista do contido nos autos, **RESOLVO** retificar o Despacho nº 201/96, de 19 de abril de 1996, que autorizou a elaboração de Termo Aditivo ao convênio firmado entre o Município de Goiânia e a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**, na parte relativa ao valor do recurso a ser destinado à execução do referido Convênio, para considerar como sendo no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), permanecendo inalterados os demais termos do referido ato.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 08 dias do mês de maio de 1996.

DARCI ACCORSI
Gabinete do Prefeito

Processo nº 930.476-2/95, em que **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, MATERIAL E PATRIMÔNIO** solicita alteração de convênio.

DESPACHO Nº 244/96 - À vista do contido nos autos, **RESOLVO**, nos termos do artigo 115, XIII, da Lei Orgânica do Município de Goiânia, autorizar a assinatura de Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Município de Goiânia e a **COMPANHIA DE OBRAS E HABITAÇÃO DO MUNICÍ-**

PIO DE GOIÂNIA, ratificando a data da assinatura do Comodato para 14 (quatorze) meses, após a assinatura do referido Convênio.

Encaminhe-se à Procuradoria Geral do Município, para providenciar o **Termo de Doação** dos materiais de consumo existentes no Almoxarifado da Secretaria Municipal de Obras, Material e Patrimônio, em 31 de março de 1995, bem como o **Termo de Comodato** dos bens permanentes.

GABINETE DO PREFEITO DE GOIÂNIA, aos 08 dias do mês de maio de 1996.

Darci Accorsi
PREFEITO DE GOIÂNIA

PORTARIA

PORTARIA Nº 010/96 -GAB

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o previsto no parágrafo 1º, do artigo 5º da Lei 7.537, de 26 de dezembro de 1.995 e,

Considerando que o INPC (IBGE) do mês de FEVEREIRO de 1996 foi de 0,71% (zero vírgula setenta e um por cento),

Considerando que a variação das Receitas Correntes do Município no mês de MARÇO de 1996, com base no mês anterior foi de -42,55% (qua-

renta e dois vírgula cinquenta e cinco percentuais negativos).

RESOLVE:

I - Manter o valor da UNIDADE DE REFERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA - UROMG, em 4,08 (quatro reais e oito centavos).

Esta Portaria entrará em vigor a partir de 02 de maio de 1996.

GABIENTE DO SECRETÁRIO DE FINANÇAS, aos 30 dias do mês de abril de 1996.

CAIRO ANTÔNIO VIEIRA PEIXOTO
Secretário de Finanças

EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/96

01. CONTRATANTES: CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA e RADIO CLUBE.

02. OBJETO: Veiculação de boletins informativos sobre a Câmara Municipal.

03. PRAZO: De 01 de junho a 31 de dezembro de 1996.

04. PREÇO: O valor global deste contrato é estimado em R\$ 14.000,00 (Quatorze mil reais).

05. PROCESSO: Nº 1709/96.
Goiânia, 13/05/96.

ROSIRON WAYNE

Presidente

ATO DE INEXIGIBILIDADE

ATO DE INEXIGIBILIDADE

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o Processo nº 1709/96 e

CONSIDERANDO que os serviços a serem prestados pela Rádio Clube de Goiânia referem-se tão-somente à veiculação de matérias de interesse do município;

CONSIDERANDO que veiculação de matérias não se confunde com prestação de serviços de publicidade, pois estes implicam no produto, enquanto que aquela implica no veículo que levará, através dos "Mass Midia", esse mesmo produto ao conhecimento da população;

CONSIDERANDO que referida veiculação não contém matérias distintas das proibições contidas no art. 37, § 1º da Constituição Federal, e

CONSIDERANDO que cada órgão de comunicação possui linha editorial própria e atinge público diferente,

DECLARO, sob minha respon-

sabilidade, INEXIGÍVEL DE LICITAÇÃO a contratação dos serviços de veiculação a serem prestados pela Rádio Clube, durante o período de 1º de junho a 31 de dezembro de 1996, nos termos do art. 25, caput, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993.

Que seja previamente empenhada a despesa de R\$ 14.000,00 (Quatorze mil reais).

GABINETE DA PROCURADORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, em 13 de maio de 1996.

ROSIRON WAYNE
PRESIDENTE

TERMO DE ADITAMENTO

TERMO DE ADITAMENTO

Termo de aditamento ao Contrato nº 019/95, Celebrado entre a Câmara Municipal de Goiânia e a Contal - Empreiteira de Reformas e Serviços Ltda.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, pelo seu Presidente, Vereador Rosiron Wayne, assistido pelo Procurador-Chefe, Dr. Dércio Lopes Pereira, considerando todos os motivos que justificam o pedido constante no processo nº 1150/96, considerando que, a alínea "d", inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21.06.93, permite a alteração do contrato, por acordo

entre as partes, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico financeiro inicial do ajuste, na hipótese de sobrevirem fatos previsíveis, porém de consequências impeditivas da execução do ajustado;

Considerando que o § 2º da Cláusula 9ª do referido contrato já previa antecipadamente o reajuste definido no Acordo Coletivo da categoria, desde que devidamente homologado pelo Ministério do Trabalho;

Considerando que o Dissídio Coletivo nº 006/96, devidamente registrado no T.R.T. - Tribunal Regional do Trabalho, determinou um piso salarial de R\$ 156,00 (cento e cinquenta e seis reais) a partir de 1º /03/96, data-base da categoria;

RESOLVE:

Aditar ao Contrato nº 019/95, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O valor constante da Cláusula Nona, passa de R\$ 2.030,40 (dois mil e trinta reais e quarenta centavos) para R\$ 3.301,05 (três mil, trezentos e hum reais e cinco centavos) mensais.

CLÁUSULA SEGUNDA: A despesa advinda deste aditamento correrá a conta da dotação orçamentária nº 01010101.043.2061.3132, conforme nota de empenho nº 0035, no valor de R\$ 10.165,20 (Dez mil, cento e sessenta e cinco reais e vinte centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente termo terá eficácia a partir de 02/05/96.

GABINETE DA PROCURADORIA JURIDICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOIÂNIA, aos 13 dias do mês de maio de 1996.

Pela Contratante:

Verador Rosiron Wayne

PRESIDENTE

Dr. Dércio Lopes Pereira

PROCURADOR-CHEFE

Pela Contratada:

Laurícia Souza Moreira

Gerente Comercial

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/96

O SECRETÁRIO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado do Concurso Público aberto pelo Edital de Concurso n. 001/95 - IDRH, CONVOCA o pessoal constante da listagem anexa para, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da publicação deste, tomarem posse nos Cargos para os quais foram aprovados, junto ao Núcleo de Cadastro e Lotação, desta Pasta, sito à Avenida Goiás nº 249, Esq/com Rua 02, Edifício FUNCEF, 5º andar, Centro - no horário de 12:00 às 18:00 horas, munidos dos seguintes documentos:

- Carteira de Identidade - 01 (uma) cópia mais original

- Título de Eleitor com quitação eleitoral 01 (uma) cópia mais original

- C.P.F. - 01 (uma) cópia mais original

- PIS/PASEP - 01 (uma) cópia mais original

- Certificado de Reservista - 01 (uma) cópia mais original

- Certidão de Casamento - 01 (uma) cópia mais original

- Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos - 01 (uma) cópia mais original

- Comprovante de Conclusão de Curso Superior para os cargos de Analista em Saúde - 01 (uma) cópia mais original

- Registro Profissional na área de:

* Psicólogo Analista em Saúde I

- Psicólogo.

* Direito Profissional em Saúde I - Direito.

03 fotos 3x4 iguais e recentes

- Atestado de aptidão expedido pela Junta Médica Municipal, situada nesta pasta, 2º andar, nesta Capital.

CUMpra-se e Publique-se

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, aos 08 dias do mês de maio de 1996.

Fausto Jaime

SECRETÁRIO

PSICOLOGO ANALISTA DE SAÚDE I - ESPECIALIDADE: PSICOLOGO

CLASSIF.	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA FINAL
O1	1722-1	FABIANA VIEIRA GAURY	81,50
O2	1725-6	JACYREMA FURTADO	78,00
O3	1728-0	MARIA APARECIDA ALVES DA SILVA	77,50
O4	1730-9	VALERIA DE CASSIA RODRIGUES LOBO	77,00

DIREITO PROFISSIONAL EM SAÚDE I : DIREITO

CLASSIF.	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	NOTA FINAL
O1	2419-8	CARLOS EDUARDO DE P. ITACARAMBY	79,50

AVISO**AVISO****EDITAL DE CONCORRÊNCIA****Nº 002/96**

A Prefeitura de Goiânia, através da Comissão Especial de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados o resultado da fase de habilitação do Processo licitatório em refe-

rência, cujo objeto é a contratação de empresa para cobrança de débitos para com o Município de Goiânia.

Empresa habilitada

- BUSINESS COBRANÇA E AS-
SESSORIA EMPRESARIAL

Empresas inabilitadas:

- AURA CONSULTORIA E CO-
BRANÇA
- ESQUEMA SERVIÇOS S. C.

LTDA

A presente deliberação se encontra à disposição, na íntegra, no endereço sito à Rua Jaraguá, nº 1112, Vila Aurora, Goiânia- GO, ficando as empresas acima notificadas nos termos do artigo 109 § 1º da Lei 8.666 de 21/06/93.

Geraldo Alves de Castro Júnior
Comissão Especial de Licitação

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GOIÂNIA

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GOIÂNIA

Se você ou alguém do seu conhecimento foi atingida por:

- ☒ **Assédio Sexual;**
- ☒ **Discriminação;**
- ☒ **Agressão Física, Verbal, Psicológica e Sexual.**

**ISSO É VIOLÊNCIA! DENUNCIE.
PEÇA AJUDA!**

**ASSESSORIA ESPECIAL DA MULHER II ANO.
CONQUISTANDO DIREITOS, AMPLIANDO ESPAÇOS**

**Rua 61, N° 151 - 1º andar - Centro
Telefax: 223 - 8303**